

## **O Estado de S. Paulo**

**5/8/1987**

### **A Sabesp em Guariba**

De todas as seqüelas deixadas pela ditadura de mais de 20 anos, o comportamento de algumas empresas públicas inclui-se entre as mais graves. Acostumadas durante anos a desconsiderar queixas e reclamações, justas que fossem, não se aperceberam da mudança relativa havida no País nos últimos tempos e continuam a agir como se não passassem, como antes, de instrumentos dos governos ditatoriais, insensíveis às circunstâncias e carências da população.

Os altos preços cobrados pela Sabesp em Guariba são bem um sintoma desta deformação. Não só pelo que houve na cidade em 1984 — quando a partir de protestos por causa destes mesmos altos preços se desencadearam manifestações e atos de violências de conseqüências extremamente graves — mas muito mais pela precariedade financeira da maioria da população, a Sabesp deveria estar atenta ao que acontece em Guariba.

No entanto, transformada como a Eletropaulo em meio de transferência de recursos dos bolsos do povo para os cofres do governo, a Sabesp age em Guariba e muitas outras regiões de população de baixa renda como se estivesse prestando serviços a nababos. Há bóias-frias pagando — ou tentando pagar — até Cz\$ 2 mil mensais pelo consumo de água, um dado que expressa com clareza o comportamento anômalo desta empresa pública. Será que o presidente ou algum diretor da Sabesp chega a pagar esta quantia no fim do mês?

É possível que se possa dizer, em favor da empresa, que ela precisa de critérios gerais para estabelecer a cobrança de taxas e tarifas. Mas, na medida em que isto é verdade, fica evidente, também por este dado, que empresas como a Sabesp, com a pretensão de abarcar todo o território de São Paulo, não têm sentido ou razões de existir. O fornecimento de água precisa voltar a ser atributo dos municípios, como no passado e antes da ditadura, para que readquira o sentido social que sempre teve. Só a prefeitura, no contato diário com as carências da população, pode estabelecer taxas equânimes e diferenciadas, sem se afetar pela frieza dos números, como é comum entre a tecnocracia dominante nas empresas estatais.

Se se pode afirmar que os municípios não têm recursos para montar as estruturas necessárias ao tratamento e distribuição da água, como comumente costumam observar autoridades ligadas ao governo estadual, nunca é demais lembrar que muitas cidades pequenas — Santo Antônio de Posse é uma delas — mantêm estes serviços cobrando pouco e deixando satisfeita a população. Quanto à falta de recursos em outras cidades, mais uma lembrança: o atual governador sempre fez da reforma tributária e do fortalecimento municipal as bases de sua carreira política. Onde estão as providências nesse sentido? Adiadas para a campanha presidencial...?

**(Página 15)**